

André Jolles e a forma simples do colaboracionismo

André Jolles and the simple form of collaborationism

Pedro Mandagará¹ 

¹Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil

RESUMO

Neste ensaio, a vida e a obra do teórico da literatura André Jolles (1874 - 1946), é tomada como mote para a discussão sobre a responsabilidade dos indivíduos nos processos históricos. A relação entre indivíduo e História é considerada a partir de Jolles (1976), Hannah Arendt (2008), Hans Ulrich Gumbrecht (2001, 2010, 2011, 2015), Paul Ricoeur (2007), Regina Zilberman (2017) e Mary Del Priore (2009). Ao final, a obra de Jolles é retomada para pensar as figuras do santo e do anti-santo. A partir desta última, é trabalhada a figura do colaboracionista a partir de Jean-Paul Sartre (2018), figura recorrente na Segunda Guerra e hoje.

Palavras-chave: Biografia; Colaboracionismo; Literatura; História

ABSTRACT

In this essay, the life and work of literary theorist André Jolles (1874-1946) is taken as a starting point for the discussion on the responsibility of individuals in historical processes. The discussion on the individual and History is based on Jolles, Hannah Arendt, Hans Ulrich Gumbrecht, Paul Ricoeur, Regina Zilberman and Mary Del Priore. At the end, Jolles' work is revisited to consider, with Jean-Paul Sartre, the figure of the collaborator, recurrent in the Second World War and today.

Keywords: Biography; Collaborationism; Literature; History

1 INTELECTUAIS E O NAZISMO

Minha pesquisa tem me levado a discutir as fronteiras entre literatura e oralidade, primariamente em obras literárias contemporâneas de autoria indígena. Há um campo longo e interessante de discussão sobre oralidade e literatura e sobre

2 André Jolles e a forma simples do colaboracionismo.

oralidade na literatura, que aborda desde Homero ao rap guarani contemporâneo. Tenho voltado a algumas obras fundamentais dentro desse campo, aquelas obras que supostamente todo mundo já leu - não só ensaios clássicos como "O narrador - considerações sobre a obra de Nikolai Leskov" (2012), de Walter Benjamin, como a tradição da retórica antiga, a partir de Aristóteles, que, afinal, condicionou o que se pensou sobre a oralidade por séculos.

Cheguei à obra de André Jolles, "Formas simples", como um desses clássicos. A contracapa da edição da Cultrix em português, de 1976, diz que a publicação original do livro de Jolles "tem sido comparada, pela sua importância, à da publicação da Morfologia do Conto, de Propp" (p. 226), o que era um grande elogio para se fazer nos anos 1970, ainda tão estruturalistas no Brasil. Me interessou sobretudo em Jolles seu esforço em definir alguns gêneros orais - em capítulos curtos, de um tamanho ideal para se tornarem o texto de referência para alguma ou outra aula, são discutidos os gêneros da *legenda* (vida de santo), *saga*, *mito*, *adivinha*, *ditado*, *caso* (judicial ou moral), *memorável* (a partir das *Memoráveis*, de Xenofonte), *conto* (de fadas) e *chiste*. O capítulo sobre a *legenda* já mostra uma erudição imensa e multifacetada, que está à vontade para fazer relações entre a vida de São Jorge e os recordes de atletismo da época. Num primeiro sobrevoo, me interessava buscar mais uma discussão de *mito*, essa palavra que é uma pedra no sapato para a teorização da oralidade, a discussão sobre o *ditado*, que esperava relacionar a livros recentes que falam de filosofia a partir das religiões afro-brasileiras e discutem o papel dos provérbios (Muniz Sodré (2017), Nei Lopes e Luiz Antonio Simas (2020), Luiz Rufino (2019), Luiz Antonio Simas e Luiz Rufino (2019)), e por fim o *conto*, que pensava ler com Benjamin ao lado.

Mais ou menos pela metade do livro, pensei que não sabia nada sobre André Jolles, para além de ter publicado esse livro na Alemanha em 1930. É claro que a data e o lugar deveriam me dizer algo, mas foi de repente que me dei conta que os anos 1930, na Alemanha, eram o momento e o lugar que *exigiam* uma tomada de posição - que poderia levar a destinos como o exílio (Adorno, Arendt) ou a morte (Benjamin).

Uma rápida pesquisa revelou que Jolles tomou outro caminho. Não só aderiu ao nazismo em 1933 como se tornou uma espécie de “intelectual orgânico” do partido, trabalhando na SD, serviço de inteligência vinculado à SS. Segundo Peter Schwartz, na introdução de sua tradução de *Formas simples* para o inglês (2017), Jolles dedicou anos à adequação da Universidade de Leipzig ao projeto nazista (o que Fredric Jameson, em seu prefácio à mesma tradução, indica mais claramente como colaboração com o processo de perseguição política e racial na universidade). Em 1944, Jolles foi condecorado por Hitler com a Medalha Goethe de Artes e Ciência. Em 1945, após a guerra, foi considerado como “ainda nazista” mas muito velho para ser preso (tinha 71 anos). Suicidou-se em 1946¹.

De imediato, a trajetória de Jolles nos lembra dois outros intelectuais que também passaram pelo partido nazista. Bem mais jovem, Hans Robert Jauss (1921-1997) foi combatente da Waffen-SS no front russo. Um dos criadores da Estética da Recepção, escola muito influente no Brasil, Jauss conseguiu, ao longo de décadas, esconder e dissimular sua participação em crimes de guerra. Mesmo quando seu passado foi revelado em artigo de Earl Jeffrey Richards em 1995, Jauss ainda se defendia em entrevista ao *Le Monde*: “O que me convenceu a entrar nas Waffen-SS não foi realmente a adesão à ideologia nazista. Filho de um professor, membro da pequena burguesia, eu era um jovem que queria me adaptar à atmosfera do tempo.” Disse ainda que: “só ao final da guerra descobri o que realmente tinha acontecido - e com horror” (apud Zilberman, 2017). Sua defesa, que já não convenceu na época, foi definitivamente enterrada por relatório feito em 2014 pelo historiador Jens Westemeier. Segundo este,

Hans Robert Jauss era um jovem nacional-socialista e um SS convicto. Jauss não era um simples seguidor tanto na Juventude Hitlerista quanto nas Waffen-SS. [...] Ele participou das duas organizações nazistas de

1 A melhor fonte de informações biográficas que encontrei está em Thys (2000), que inclui uma cronologia detalhada da vida do autor (p. 22-59). Além disso, o autor discute a afiliação de Jolles com o nazismo na introdução ao livro (p. 4-5). O artigo de Hinskens (2002) também é uma boa fonte. Assim como nesses casos, fiz uso de tradutor automático para a consulta de todas as fontes em holandês deste artigo.

modo ativo, ocupando posições de liderança e de responsabilidade, e, enquanto líder nas Waffen-SS, foi condecorado [foi outorgada a ele a Cruz de Ouro] por seu comprometimento pessoal. (apud Zilberman, 2017)

Seus exercícios de falsificação da própria história parecem ter manchado ainda mais sua reputação. Conforme Regina Zilberman, “Talvez tenha almejado construir uma memória que apagasse outras lembranças, mas acabou vítima do passado não apenas por tê-lo vivido, mas por ter procurado ignorá-lo” (2017).

O outro intelectual em questão é Martin Heidegger (1889-1976). Reconhecido como um dos filósofos mais importantes do século XX, Heidegger aderiu entusiasticamente ao nazismo em 1933, quando também foi eleito reitor da Universidade de Freiburg, cargo que ocupou por um ano, até renunciar. Após a guerra, Heidegger nunca pediu desculpas públicas (ou privadas) por sua associação com o nazismo, mesmo quando instado diretamente a fazê-lo (por exemplo, em sua correspondência com Marcuse). No entanto, o alto grau de sua identificação com o nazismo e com o antisemitismo mesmo após sua renúncia da reitoria de Freiburg só foi manifestado plenamente com a publicação póstuma (a partir de 2014) de seus Cadernos pretos, cadernos de anotações dos anos 1931 a 1941.

Outros exemplos, como Leni Riefenstahl e Carl Schmitt, reforçariam e repetiriam a situação de intelectuais importantes nos seus campos de atuação que colaboraram com o nazismo. Não são, claro, importâncias paralelas: enquanto Heidegger parece inescapável para pensar a filosofia no século XX, consigo imaginar o campo dos estudos literários sem Jauss ou Jolles, ou o cinema mudo sem Riefenstahl.

O exercício de imaginação histórica retrospectiva parece um pouco bobo, mas se liga à necessidade que sentimos de um juízo acerca da relação da produção intelectual desses autores com sua atuação política. Há um desejo vinculado ao que Hans Ulrich Gumbrecht, aluno de Jauss que viria a repudiar seu orientador, chama de “aprender com a História” (2011): o desejo de que eventos passados

possam servir de guia para nossa orientação no presente. Para Gumbrecht (2011), o passado teve essa função de ensinamento da Idade Média à Modernidade. Na nossa contemporaneidade, porém, o passado não ofereceria mais lições, pois não haveria uma posição epistemológica a partir da qual ver uma continuidade entre passado e presente. Gumbrecht (2011) segue autores como Lyotard (1998) que viram na filosofia da história do século XIX um ímpeto narrativo totalizante, que dava sentido à História a partir da narração do desenvolvimento de algumas noções-mestras, como o Espírito hegeliano ou a luta de classes marxista. No século XX, esses paradigmas teriam se quebrado levando ao surgimento do “observador de segunda ordem” (Gumbrecht, 2010; apud Luhmann, 2011), que pode suspender as narrativas e analisá-las como construções sociais. Assim, no nosso “amplo presente” (Gumbrecht, 2015), teríamos uma miríade de narrativas sobre o passado e nenhuma confiança em qualquer uma delas para nos guiar. Nossa fascinação com o passado deixaria de lado o “aprender” e se manifestaria na evocação de uma presença ou no *Stimmung* (“clima”) de outro momento histórico. O futuro, por sua vez, se tornaria uma questão de cálculo de riscos (Gumbrecht, 2001, p. 55; apud Beck, 2011).

As teses de Gumbrecht sobre esse ponto nunca me convenceram. Sua ênfase epistemológica (o que se *aprende* com a História) me parece ignorar um quadro de demandas que os processos históricos legam ao presente - demandas por reparação, reconhecimento e justiça, por exemplo. Não creio que essas demandas nos cheguem como um aprendizado, como na moral muitas vezes apensa a uma fábula (não faça isso ou aquilo), mas como algo da ordem da pergunta: face a essa herança, o que fazer? Conforme o (por já demais citado) artigo de Regina Zilberman sobre o legado de Hans Robert Jauss: “Porque essas são as questões que estão em jogo. Em primeiro lugar, como julgar os fatos pretéritos, tenhamos ou não feito parte dele? E como podemos nos posicionar diante dele, sobretudo quando seus efeitos, então e agora, incidem sobre nossas ações e exercício da profissão?” (2017).

2 JULGAR UMA VIDA

Zilberman (2017) começa sua discussão fazendo referência a um dos mais célebres julgamentos da história - o de Sócrates, que a autora comenta a partir de passagens do diálogo *Críton*, de Platão. Em sua leitura, a aceitação da pena de execução por parte de Sócrates e sua recusa a um plano de fuga arquitetado por Críton asseguram ao Sócrates representado por Platão um lugar como alicerce da história posterior.

Formas simples é eivado de referências jurídicas. A forma do caso é discutida a partir da leitura de casos jurídicos. Também a forma do *memorável* passa pela discussão de exemplos jornalísticos e históricos que têm implicações jurídicas óbvias (como a narrativa do assassinato de Guilherme de Orange, no século XVI). O momento em que o texto mais se aproxima da temática do julgamento, no entanto, é na discussão da forma da legenda.

Jolles define a *legenda* como uma forma simples que se atualiza nas narrativas de vidas de santos, como as recolhidas por Tiago de Voragine (*Jacobus de Varazzo*) na *Legenda áurea*, no século XIII. No entanto, textos hagiográficos não seriam em si uma forma simples. Essa entidade elusiva é descrita pelo autor no seguinte parágrafo:

Sempre que uma disposição mental leva a multiplicidade e a diversidade do ser e dos acontecimentos a [se] cristalizarem para assumir uma certa configuração; sempre que tal diversidade, apreendida pela linguagem em seus elementos primordiais e indivisíveis e convertida em produção linguística, possa ao mesmo tempo querer dizer e significar o ser e o acontecimento, diremos que se deu o nascimento de uma Forma Simples. (1976: p. 46)

A forma simples, portanto, é uma disposição mental que se converte em produção linguística. Note-se que esta não é necessariamente escrita, já que diversas formas com manifestações primariamente orais, como a adivinha, o *ditado* e o *chiste*,

serão discutidas no livro. Também a *legenda* não se esgota nas narrativas hagiográficas escritas. O caso de São Jorge, analisado por Jolles, mostra que a *legenda* designa um corpo de tradições (históricas e mutáveis) que aderem ao nome de um santo.

A caracterização do santo depende ainda do vínculo institucional com o catolicismo. Pressionada pela Reforma, a Igreja Católica regulamentou, no século XVII, o processo de canonização, até então vinculado a práticas populares de devoção. No novo processo, aos candidatos à beatificação e canonização deve ser aplicado “o mesmo rigor que num processo penal” (p. 33) - mesmo o papel do promotor estaria representado pela posição habitual de “advogado do Diabo” (i.e., acusador do candidato a santo). Jolles ressalta, no entanto, que a forma jurídica da canonização não rompe com as práticas “originais e espontâneas” anteriores: “é o desfecho de um processo cultural” (p. 33) que chega à “formulação de uma Forma” (p. 34), o que quer dizer, que cristaliza algo que já existia como “disposição mental” (p. 46). Na elevação de algum nome a santo nas práticas populares já havia um julgamento implícito envolvido. O santo seria um “modelo”:

O santo é o indivíduo em quem a virtude se consubstancia e objetiva, o personagem que permite aos que o cercam mais ou menos de perto imitá-lo. Ele é a representação efetiva do personagem que podemos tentar igualar e, ao mesmo tempo, a prova de que a virtude ativa se realiza, efetivamente, quando a evitamos. Sendo grau supremo da virtude e, como tal, inacessível, o santo permanece não obstante em nosso domínio, graças à sua natureza de objeto. É a figura cuja forma nos faz perceber, viver e conhecer uma realidade que nos parece desejável sob todos os aspectos; e essa figura exemplifica, ao mesmo tempo, a possibilidade de tal passagem à ação; tomado na acepção dessa forma, ele é, em resumo, um modelo imitável. (p. 40)

A *legenda* como forma indicaria o processo que elege alguém como exemplo de virtudes, como alguém que pode ser imitado pela comunidade de fiéis².

2 Como também disse Mary Del Priore, “A seguir, a hagiografia encarregou-se de demonstrar a exemplaridade humana. A vida dos santos deveria incentivar modelos aos leitores.” (2009: p. 7)

Haveria, ainda, uma “disposição mental da contra-imitação” (p. 53), que levaria aos anti-santos, às figuras de vilania que encarnariam a maldade. Um dos exemplos é Fausto, cuja sede de saber o leva a um pacto com o Diabo. O exemplo principal, bem mais problemático considerando a afiliação posterior de Jolles ao nazismo, é do Judeu Errante, que seria condenado a andar eternamente pelo mundo por ter negado o descanso a Jesus (p. 51-52).

Tomar uma vida individual como exemplo ou contra-exemplo é uma atitude anterior ao catolicismo e às vidas de santos. Jolles usa o exemplo da *I Ode Olímpica*, de Píndaro, o que facilita a transição para falar dos ídolos esportivos como manifestações da legenda. Outros exemplos poderiam ser facilmente utilizados - as *Vidas paralelas*, de Plutarco, ou mesmo a *Ciropédia*, de Xenofonte, têm uma função óbvia de exemplo de vidas que, se não são completamente virtuosas, são de alguma forma admiráveis. Algo da identificação com o exemplo parece também estar em jogo quando Aristóteles fala da mimesis do herói trágico na *Poética* - afinal, aprendemos com os sentimentos que a queda de um herói nos provoca. E, se para Aristóteles a poesia é superior à História, nada parece impedir na *Poética* que a História se torne poesia. Para o público, aqueles heróis existiram e aqueles deuses ainda agiam na vida cotidiana. E, afinal, ao menos uma grande tragédia (*Os persas*, de Ésquilo), tratou de assunto histórico e contemporâneo.

Com os gregos podemos pensar que o julgamento de uma vida pode mudar de acordo com o quadro de valores de cada época. A *húbris* ou desmedida do herói trágico não se compara com a tentação ou o pecado que os santos devem evitar: enquanto um é punido por ultrapassar as barreiras do humano, outro busca o divino como modelo. No mundo antigo, não seria possível a “imitação de Cristo”. Os deuses podem no máximo guiar nossa ação (como Atena na *Ilíada*), mas não podem servir de modelo.

Ao tratar de Lessing em seu *Homens em tempos sombrios* (discutido também por Zilberman, 2017), Hannah Arendt fala da necessidade de narrar que acompanha

a lembrança da História. Cada ação só ganha sentido quando “já se encerrou e se tornou uma estória suscetível de narração” (2008: p. 24). Há um ímpeto de repetição dessas histórias, de contá-las e recontá-las. Embora cada uma delas não “resolv[a] qualquer problema e não alivi[e] nenhum sofrimento” (p. 24), ainda assim “Nenhuma filosofia, nenhuma análise, nenhum aforismo, por mais profundos que sejam, podem se comparar em *intensidade e riqueza* a uma estória contada adequadamente” (p. 25). Penso que Arendt, aqui, está trazendo para o terreno do biográfico o privilégio que a ação (entendida, à moda grega, como ação política e pública) tem em sua filosofia, em especial em *A condição humana*.

Com pressupostos diferentes, a ideia da grande intensidade do relato de uma vida aparece também no discurso historiográfico pós-1980, dentro de um processo de desilusão de parte dos historiadores com as possibilidades do marxismo, do estruturalismo e das histórias de grande duração. Como diz Mary Del Priore, em artigo que pensa os usos da biografia na historiografia,

Mas não se tratava mais de fazer, simplesmente, a história dos grandes nomes, em formato hagiográfico – quase uma vida de santo –, sem problemas, nem máculas. Mas de examinar os atores (ou o ator) célebres ou não, como testemunhas, como reflexos, como reveladores de uma época. A biografia não era mais a de um indivíduo isolado, mas, a história de uma época vista através de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos. (2009: p. 90)

A vida narrada seria, ainda, algo da ordem do exemplo, mas o que seria exemplificado pelo sujeito seria a “história de uma época”. Cada indivíduo seria testemunha ou reflexo ou “revelador” de uma época - três funções bastante diversas, mas que parecem de alguma forma se relacionar às ideias de *intensidade e riqueza* que Arendt vê como características da narrativa enquanto forma.

De modos diversos, Arendt e Del Priore parecem se afastar do uso da história de uma vida como modelo ou guia para o presente. Para Del Priore, a vida exemplifica

o passado (a “história de uma época”) e pode nos mostrar esse passado. Para Arendt, embora a história de uma vida dê sentido às ações, tal sentido não resolve nada nem alivia sofrimentos.

Em seu *A memória, a história e o esquecimento* (2007), Paul Ricoeur³ apresenta a possibilidade de um juízo sobre a História que não seja privilégio de juízes e historiadores. Para Ricoeur, o debate público sobre a história pode partir da “ideia de exemplaridade do singular”, que não dependeria nem da “avaliação moral enquanto tal”, nem da “categorização historiográfica” (p. 346). O autor propõe que um evento singular não precisa ser julgado sob a égide da exemplaridade moral, que discutimos a partir de Jolles e da legenda, ou da exemplificação de um passado não relacionado às exigências do tempo presente, como propõem (de formas diferentes) Gumbrecht, Arendt e Del Priore. Ricoeur caracteriza assim sua ideia:

A ideia de singularidade exemplar só pode ser formada por uma opinião pública esclarecida que transforma o julgamento retrospectivo sobre o crime em juramento de evitar seu retorno. Assim resituada na categoria da promessa, a meditação sobre o mal pode ser arrancada da deploração infinita e da melancolia desarmante e, mais fundamentalmente ainda, do círculo infernal da inculpação e da desculpação. (p. 347)

A escolha do que é singular ou exemplar, no entanto, é necessariamente política e sujeita às necessidades do tempo presente conforme manifestas em suas diferentes conjunturas. Tomando o exemplo mais grave, cada genocídio é necessariamente singular, mas há singularidades mais reconhecidas que outras. Soa, além disso, utópico (no mau sentido, excessivamente utópico) pensar, no nosso tempo presente, que talvez não seja mais o de Ricoeur, em uma “uma opinião pública esclarecida que

³ Após a escrita do texto principal deste artigo, tive acesso à polêmica que envolve a atitude de Paul Ricoeur durante a Segunda Guerra. Ricoeur publicou no jornal pétainista *L'Unité Française* artigos que alguns críticos, como Richard Wolin (2005) entenderam como tendo ideias afins ao colaboracionista (mesmo que Ricoeur à época fosse prisioneiro dos alemães). Houve outras interpretações dos fatos, que parecem não ter sido negados por Ricoeur (Kaplan, 2007; Levy, 2008). Recentemente, foi publicado o romance *De l'oubli* (2024), de Jean Michel Ollé, que retoma um dos conceitos tratados em *Memória, história, esquecimento* e que teve certa repercussão na França.

transforma o julgamento retrospectivo sobre o crime em juramento de evitar seu retorno". Pelo contrário, temos agora uma situação infinitamente mais complexa para se pensar a "opinião pública", dadas as experiências mundiais com redes sociais e *fake news*. E mesmo o julgamento correto sobre um crime pode se aliar à perpetração de novas violências em massa, como vemos no suporte mundial ao massacre de Gaza por Israel.

3 A FORMA SIMPLES DO COLABORACIONISMO

Voltemos a André Jolles e à definição de "forma simples", que comentamos brevemente no início da seção anterior. A partir de Nietzsche, e em analogia com o "motivo" musical, Jolles vê as formas simples como compostas por "gestos verbais", isto é, "acontecimentos apreendidos por conceitos" (1976: p. 47). No exemplo da Legenda, os milagres ou as provações dos Santos seriam os gestos verbais que comporiam a Legenda e que poderiam se manifestar numa Vida de Santo individual.

A expressão "gesto verbal", que soa estranhamente atual, leva à teoria da linguagem delineada por Jolles na introdução de seu livro. Para ele, a linguagem tem uma relação direta com o mundo do trabalho, entendido como a conexão entre as atividades de cultivo, fabricação e interpretação (atividades vinculadas às figuras do agricultor, do artesão e do sacerdote). Enquanto a linguagem faz parte do trabalho em si, a partir da atividade do sacerdote (que traria sentido para as atividades laborais do agricultor e do artesão), ela também replica em si a mesma divisão. A linguagem "atribui um nome a tudo o que foi cultivado, fabricado, interpretado", mas, "mais profundamente", "é um princípio de cultura de fabricação e de interpretação no qual se produz, com a maior especificidade, a vinculação a uma determinada ordem" (p. 25). Jolles entende que a linguagem tem um papel produtivo: "as palavras podem cumprir-se" (p. 25). Exemplos como a evocação e a magia, assim como outros mais cotidianos como a promessa, fazem parte de seu argumento que, neste aspecto (embora com uma fundamentação bem diversa), lembra a teoria dos atos de fala de Austin (conforme também apontado por Jameson em *Jolles*, 2017).

Na linguagem, a atividade de “cultivar” “vincula as coisas a uma ordem” (p. 26), como faz a magia ou ações como a promessa. A atividade de “fabricar”, por sua vez, parece ter um sentido próximo da *poiesis*, vinculada a “gerar o novo, mudando a ordem das coisas” - Jolles chega a mencionar “ato poético” em relação a esta atividade. O trabalho de “interpretar”, por sua vez, tem como referências o conhecimento e o pensamento (p. 27).

Jolles usa um exemplo que, em retrospecto, soa bizarro. Para exemplificar o trabalho de transformação da linguagem (o “fabricar”), ele menciona a figura de Mussolini, que se dividiria em dois: um Mussolini tal como existia no mundo e outro tal como é conhecido “pelas reportagens, pelas crônicas, pelas anedotas” (p. 26). Pensar as relações entre Mussolini I e Mussolini II seria o trabalho da interpretação.

Embora o exemplo não esteja escrito de forma a mencionar qualquer apoio a Mussolini, podemos, a partir dele, reintroduzir a forma da “anti-legenda”, já mencionada na seção anterior. Assim como os milagres provados por testemunhos para os santos, as maldades dos anti-santos são testemunhadas - há “gestos verbais” próprios do anti-santo:

A partir de certo ponto, as proezas do malfeitor podem objetivar-se em maldade ativa e desprender-se dele, para lhe serem, em seguida, vinculadas de novo. A sua figura cristaliza-se, então; o gesto verbal apossa-se dele e, mesmo depois de ele ter sofrido seu castigo como indivíduo, mesmo depois de sua execução, a falta ativa que é o reflexo de sua Maldade lhe sobreviverá à personagem. (p. 53)

Os exemplos elencados por Jolles são caros ao mundo medieval e dos princípios da modernidade, como a figura de Fausto. Pensando no que seria uma anti-legenda contemporânea, podemos pensar no próprio Jolles como um exemplo de uma dessas figuras, a do “colaboracionista”⁴.

4 Embora também seja usada a forma “colaborador”, consideramos que a utilizada no artigo é menos ambígua.

Para Jean-Paul Sartre, refletindo em 1945 sobre as experiências da França sob ocupação nazista, o colaboracionista não é um simples representante de classe mas alguém que toma uma decisão individual a partir de uma posição de desassimilação social. O colaboracionista normalmente está à margem dos partidos políticos organizados e é recrutado “entre os fracassados do jornalismo, das artes, da educação” (2018, p. 4). Em outro tom, comunidades inteiras podem se “desassimilar” da nação e se tornarem propensas a colaborar (p. 5). A desassimilação com a nação se reflete numa recusa do Estado constitucional:

A maioria dos colaboradores foi recrutada entre aqueles que se nomeiam de “anarquistas de direita”. Eles não aceitavam nenhuma lei da República, declaravam-se livres para recusar imposto ou a guerra; recorreram à violência contra seus adversários, apesar dos direitos reconhecidos pela nossa Constituição. (p. 6)

Hinskens (2002) elenca algumas hipóteses para o holandês André Jolles aderir à colaboração com o nazismo: oportunismo, ser politicamente tolo, antisemitismo, frustração (p. 79-80). Destas, a tolice política e a frustração se encaixam perfeitamente com a descrição do colaboracionista sartreano e sua desvinculação dos círculos do sucesso político e profissional.

“Colaboracionista” também pode ser utilizado para a colaboração com um regime injusto ou com a perseguição política (como é utilizado, por exemplo, no artigo de Marques, 2020). Assim se supõe uma cisão no corpo político, como se o regime injusto fosse uma força invasora. Contrapõe-se a Jaspers, que vê uma responsabilidade de todos os cidadãos com as ações de seu Estado (2018).

Em artigo na revista *Quatro cinco um*, o editor Paulo Roberto Pires relaciona a figura do colaboracionista conforme definida por Sartre com o que estava acontecendo no Brasil no seu momento de publicação, em 2021. No meio de uma pandemia que matava milhares de pessoas por dia, Pires defende que se deve considerar colaboracionista aquele que “encarapitado num grande jornal,

dissemina negacionismo como opinião; e também o coleguinha que, em mal disfarçado corporativismo, o defende com premissas pseudo-liberais". Mais ainda, "É colaboracionista, hoje, todo aquele que, tendo voz pública, se abstém – mesmo que, em tese, não subscreva os valores de destruição. Pois em momentos graves, quem não é inequivocamente contra é, na prática, a favor." (2021).

Passados alguns anos, temos um terreno em confronto. Embora o projeto de destruição não esteja mais liderando o Executivo do país, seus epígonos estão nas casas legislativas, em governos estaduais e municipais, em centros de decisão financeiros. Na disputa atual, refletir sobre a figura do colaboracionista e sobre a responsabilidade individual nos processos históricos é uma necessidade.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2011.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Obras escolhidas: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 213-241.

DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 7-16.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de "Depois de aprender com a história", o que fazer com o passado agora? In: NICOLAZZI, Fernando; Mollo, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (orgs.). **Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Devemos continuar escrevendo histórias da literatura?. In: Moreira, Maria Eunice (org.). **Histórias da literatura: teorias e perspectivas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. How is Our Future Contingent? Reading Luhmann Against Luhmann. **Theory, Culture & Society**, v. 18, 2001, p. 49-58.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso amplo presente**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HINSKENS, Frans. **André Jolles - Van vagant tot ontheemde**. Nachbarspräche Niederländisch, v. 17, n. 1-2, 2002, p. 66-82.

JASPERS, Karl. **A questão da culpa: A Alemanha e o Nazismo**. São Paulo: Todavia, 2018.

JOLLES, André. **Formas simples:** legenda, saga, mito, adivinha, *ditado*, caso, memorável, conto, chiste. São Paulo: Cultrix, 1976.

JOLLES, André. **Simple forms.** Londres: Verso, 2017. Tradução e introdução Peter Schwartz. Prefácio Fredric Jameson.

KAPLAN, David M. Paul Ricoeur and the Nazis. **Research in Phenomenology** 37 (2007) 219–236,

Levy, R.. **Sur la passade pétainiste de Paul Ricoeur :** un bref épisode ? Sens public, 2008. <https://doi.org/10.7202/1064415ar>

LOPES, Nei; Simas, Luiz Antonio. **Filosofias africanas:** uma introdução. São Paulo: José Olympio, 2020.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas:** Aulas publicadas por Javier Torres Nafarrate. São Paulo: Vozes, 2011.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1998.

MARQUES, Karina. (2020). Mea culpa e autopunição: o colaboracionista em Não falei, de Beatriz Bracher, e o desertor em Azul-corvo, de Adriana Lisboa . **Estudos De Literatura Brasileira Contemporânea**, (60), 1-12.

OLLE, Jean Michel. **De l'oubli** [roman apocryphe]. Paris: Au Pont 9, 2024.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Unicamp, 2007.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas.** Rio de Janeiro: Mórula editorial, 2019.

SARTRE, Jean-Paul. **O que é um colaborador?** Seminário do Grupo de Estudos Sartre, 2018. Disponível em <https://eventos.uece.br/siseventos/processaEvento/evento/downloadArquivo.jsf;jsessionid=A3CCFD00812B98E944E620A67FFECC55.eventoss1?id=440&diretorio=docs&nomeArquivo=440-05082018-222234.pdf&contexto=ges2018> .

SIMAS, Luiz Antonio; Rufino, Luiz. **Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas.** Rio de Janeiro: Mórula editorial, 2019.

SODRÉ, Muniz. **Pensar nagô.** Petrópolis: Vozes, 2017.

THYS, Walter (org.). **André Jolles (1874-1946): “gebildeter Vagant”:** Briefe un Dokumente. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2000.

WOLIN, Richard, Paul Ricoeur as Another: How a Great Philosopher Wrestled with His Younger Self. **The Chronicle of Higher Education** (October 14, 2005), Sec. B, pp. 10-11.

ZILBERMAN, Regina. Memórias de tempos sombrios. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 52, p. 9-30, Dec. 2017 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182017000300009&lng=en&nrm=iso

Contribuição de Autoria

1 - Pedro Mandagará

Universidade de Brasília

Doutor em Letras pela PUCRS (2012). Professor adjunto da Universidade de Brasília e pesquisador do Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea (GELBC).

<https://orcid.org/0000-0002-7970-6414> • pedromandagara@unb.br

Contriuição: Conceituação, Metodologia, Escrita – revisão e edição

Conflito de Interesses

Os autores declararam não haver conflito de interesses.

Direitos Autorais

Os autores dos artigos publicados pela Lit&Aut/UFSM mantêm os direitos autorais de seus trabalhos.

Verificação de Plágio

A Lit&Aut/UFSM mantém a prática de submeter todos os documentos aprovados para publicação à verificação de plágio, utilizando ferramentas específicas, como por exemplo: Turnitin.

Editora-chefe

Rosani Ketzer Umbach

Como citar este artigo

MANDAGARÁ, P. André Jolles e a forma simples do colaboracionismo. **Literatura e Autoritarismo**, n. 44, e88614, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5902/1679849X88614> Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/88614>. Acesso em: xx/xx/xxxx.